Delegação Portuguesa 2022
– 20º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza -
29 e 30 de Novembro de 2022

1-Introdução

São notórios os efeitos da pandemia e principalmente pós-pandemia na vida dos cidadãos aos quais acresce uma análise sobre os efeitos na economia e na vida quotidiana das pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social de uma guerra no Leste da Europa e da crise económica associada à inflação. Não sendo este um documento aprofundado da situação, sabemos de antemão que este cenário afeta principalmente as famílias e as pessoas mais vulneráveis e os cidadãos com menos rendimentos, pelo que tentamos aqui ilustrá-los recorrendo aos nossos testemunhos e vivências pessoais.

2 – Contexto atual

A delegação portuguesa considera preocupante a situação atual relativamente ao aumento do custo de vida. Sobreviver em Portugal é cada vez mais difícil: foi a pandemia, a guerra, a subida dos combustíveis, entre outros. O aumento do salário mínimo foi engolido pela inflação deixando-nos sem espaço de manobra, ou seja, sem poder de compra. Arrendar uma casa pode levar até 100% de um salário mínimo nacional. Por exemplo arrendar um T1 em Évora custa 650 euros mês sem despesas. Os combustíveis tiveram um aumento muito acentuado como podemos ver: gasóleo +18,5% face a janeiro de 2022, seguindo-se a gasolina +10,7% e o jet +10,4% (dados retirados da ERSE). Na eletricidade e gás natural também tivemos aumentos de 8,2% (dados da ERSE).

> *"Eu tenho de fazer uma gestão ainda mais apertada do orçamento que tenho. Porque aumentaram os custos da alimentação, mas também a eletricidade e a água".*
>
> *"O meu filho dizia-me que aqui há uns meses com 70 euros abastecia a carrinha e agora com 70 euros faz uma semana de trabalho. É um peso no orçamento brutal".*

Portugal continua a sofrer, em 2022, as consequências económicas da pandemia de covid-19. É normal que todos os anos os preços aumentem devido à inflação, mas quando esta sobe tão vertiginosamente o poder de compra do consumidor, à partida, não consegue acompanhar é grave, muito grave. Dos exemplos mais óbvios são o aumento dos preços dos combustíveis, da luz e gás para consumo doméstico e da habitação aliás como se pode ver pelos nossos testemunhos:

"…. Foi um aproveitamento de muitas empresas para enriquecerem, subirem preços, despedirem colaboradores e declararem falência apesar de terem rendimentos e irem buscar apoios ao Estado… A situação piorou com a guerra … O custo de vida ainda aumentou mais e o rendimento das pessoas diminuiu. As pessoas em situação de pobreza são as que mais estão a sofrer com o rescaldo destas duas situações (pandemia e guerra) … Os rendimentos não são suficientes…".

"Ganhamos o mesmo, mas os preços subiram. Se o salário não aumenta à medida que aumenta a inflação, enfrentaremos cada vez mais uma situação de privação".

Com todos estes aumentos o último que nos tem assoberbado é o da alimentação. Os aumentos nos combustíveis, as condições climáticas e a guerra tudo isto tem servido de desculpa para os aumentos que se têm verificado na alimentação: por exemplo um cabaz de produtos essenciais custava 185,17 euros a 1 de março deste ano, aumentndo para 206,39 euros no último dia de agosto, ou seja, passámos a pagar mais 21,22 euros pelos mesmos alimentos no espaço de seis meses. No peixe e nos legumes temos aumentos na ordem dos 67% e 47%, o óleo alimentar 36%, na batata 33%, nas carnes brancas como o peru e o frango deparamo-nos com aumentos na ordem dos 25%, 30% respetivamente. Os cereais 23% e a carne de porco 25%, e por aí vamos nesta escalada que ninguém consegue acompanhar.

Escusado será dizer que as pessoas mais carenciadas são as mais afetadas, no entanto com todos estes aumentos poucos serão os que não sofrem com estes preços. Há já relatos de pessoas que deixaram de comer carne outros reduziram substancialmente o seu consumo, a alimentação normalmente é onde se corta quando o orçamento é apertado e agora com estes preços vai ser ainda mais reduzida não tenho quais queres dúvidas em afirmar que já há fome, mas vem aí muita mais. A alimentação é onde se corta quando o dinheiro não chega para pagar as outras contas, e isso traz consequências na nossa saúde a médio e longo prazo. Quase sempre é a alimentação que paga a fatura e já não há de onde tirar para pagar os aumentos na alimentação e muito em breve o número de famílias a necessitar de apoio alimentar aumentará exponencialmente e não será só entre os mais carenciados.

"Eu como aquilo e tenho de me consolar… (…) Deixei de comprar manteiga, deixei de comprar fiambre. Deixar de comprar as coisas que é para pôr no pão… uma sopa bem forte… não estou a passar fome. Já não penso no resto. Porque é que eu vou pensar se não posso comprar. Eu tenho de cair na realidade. O que o meu orçamento der é com aquilo que eu tenho de me sustentar"

As pessoas queixam-se de que não conseguem comprar comida suficiente, saltam refeições, comem o que conseguem comprar e isto alerta-nos para uma realidade nova, fazemos uma alimentação que nos permite sobreviver e trabalhar, mas com certeza com claras deficiências de nutrição que se irão refletir no nosso desempenho e na nossa saúde a curto, médio e longo prazo.

"Certos alimentos eu já não meto em casa. Tive de alterar hábitos alimentares e substituir determinados alimentos por outros mais baratos".

O principal problema com que nos deparamos é o fenómeno crescente da inflação que tem conduzido a um aumento exponencial do custo dos alimentos. Com os salários auferidos, e um

aumento dos mesmos muito lento, torna-se muito difícil adquirir produtos básicos e impossível fazer uma alimentação saudável. Ultimamente, os alimentos mais saudáveis acabam por ser os mais caros, facto que conduz as pessoas em situação de pobreza a optar por produtos mais baratos, que alimentam, mas são prejudiciais. As instituições que prestam assistência social, além de não conseguirem comportar os custos de alimentos mais caros, conseguem apenas oferecer cabazes com alimentos não perecíveis que, normalmente, não permitem grande variedade.

> *"Sinto uma revolta pelo impacto de serem sempre nas pessoas comuns que caem os efeitos das crises".*

É necessário ter consciência de que os preços, provavelmente, não irão descer num futuro próximo. Nesse sentido, urge continuar a atualizar os salários, prestações, subsídios em função do aumento da inflação, não permitindo de todo situações de subnutrição, aumento de doenças, desvalorização de direitos indispensáveis como a habitação, o descanso, o lazer, a cultura, etc.

> *"A inflação é o problema mais atual e que mais preocupa as famílias, porque sabemos os preços dos alimentos, da energia e da prestação da casa e das rendas. O custo de vida aumentou muito e não sabemos onde vai parar. É muito provável que o número de pedidos de ajuda venha a subir…".*

3 – Respostas da sociedade civil face ao contexto atual

Os cidadãos e algumas instituições atentas a este contexto apresentaram o seu descontentamento e o alerta para a tendência destas situações piorarem num curto espaço de tempo.

Em setembro 2022 o movimento "Sempre os mesmos a pagar" saíram à rua em várias cidades num protesto Nacional contra o aumento do custo de vida. Manifestantes protestam contra o empobrecimento da população fruto do aumento de preços e de baixos salários e reformas. Criticam os apoios do governo e o lucro das empresas. Fazem exigências como fixação de preços, algumas reduções de IVA e pretendem aumento de salários e reformas.

Em outubro 2022, a CGTP manifesta-se também. Chamam a atenção para a situação económica dos trabalhadores face ao aumento dos preços. Consideram insuficientes as decisões e apoios do governo no OE 2023[1].

Também em outubro 2022 a EAPN Portugal iniciou uma campanha nacional de sensibilização #pobrepovo com o objetivo de testemunhar e denunciar a crescente pobreza no nosso páis. Assinada por Miguel Januário, a campanha #pobrepovo consiste em 20 cartazes diferentes com uma imagem direta e crua, monocromática e escura, remetendo para o luto. Cada cartaz conta uma história, um testemunho, adaptado de frases recolhidas nos Conselhos Locais de Cidadãos da EAPN Portugal. Os cartazes foram colocados por todo o país, nos 18 distritos representados pela EAPN Portugal e na Região Autónoma da Madeira. Destes cartazes fazem parte histórias e frases como: • "Já não sei qual é o sabor da carne. Normalmente janto pão, ou, com sorte, bolachas". • "Tivemos que entregar a casa. Daqui a um mês vamos para a rua

[1] https://www.jn.pt/nacional/protestos-na-rua-e-cgtp-exige-aumentos-de-10-dos-salarios-em-2023-15257865.html

viver, com os miúdos" • "Por causa das rendas vivo a 35km do trabalho. Saio às 5h de casa e chego às 22h." Assim, reforça-se a identificação com estas histórias e a empatia com quem as assina, também pelas idades abrangentes, lugares-comuns, nomes banais. O conceito de povo é intencionalmente transversal, porque enquanto o grave problema que é a pobreza não estiver resolvido, seremos todos, todo o povo, responsável e pobre porque permite este flagelo e porque fala enquanto sociedade. Também porque essa mesma sociedade que perpetua a pobreza, nos coloca mais perto destas situações (de qualquer uma das descritas nos cartazes) do que longe e afastados delas. Amanhã, por qualquer motivo – um acidente, uma perda familiar, desemprego - qualquer uma ou um de nós está a um passo de ser um nome e uma frase num destes cartazes. Nós não retiramos as pessoas dessa situação, como não garantimos que amanhã lá não estejam mais, sabendo, com toda a certeza, que amanhã era possível acabar com este drama no país e no mundo. Pretende-se que a campanha seja contínua, tão longa quantas histórias existirem para revelar.

4 – Medidas políticas e sua avaliação

Há crise no poder de compra na Europa. A população mais pobre e desfavorecida sofre um grande revés. Há mais desempregados inscritos nos centros de emprego. Os governos europeus viram-se obrigados a amparar famílias e empresas com pacotes de medidas no âmbito fiscal e subsídios diretos.

Como estamos a vivenciar este contexto:

- Desespero/falta de esperança - se já fazíamos uma gestão muito apertada, agora não sabemos como viver mesmo tentando ser otimistas.
- Só nos resta comer (quando possível) de má qualidade visto que alimentos de maior qualidade tem preços que não podemos pagar.
- A má nutrição vai revelar-se no mau rendimento escolar assim como na saúde em geral.
- Como um aumento de desigualdades dentro do próprio país.
- Se já eramos pobres e se privavam de muito, agora é que somos cada vez mais pobres.
- O aumento de preços infelizmente não reflete só a realidade, há um aproveitamento das empresas para encarecerem os bens escudando-se na "crise". Obtém assim lucros ficando cada vez mais ricos (ver os lucros gerados nas empresas- à custa de quem?).

Apesar de termos conhecimento e consciência que foram implementadas um conjunto de medidas, mas estas são vistas como uma ajuda pouco eficaz, com um impacto residual e sem capacidade de resolução estrutural junto dos problemas das famílias:

Em Portugal, o governo, em abril deste ano, anunciou um pacote de 18 medidas para combater a crise (exemplos: negociações com Espanha (eletricidade e gás), apoio de 10 euros na compra botijas de gás, creches gratuitas, isenção temporária de IVA nas rações, etc.).

Entretanto foram apresentadas medidas mais recentes do governo Português para as famílias fazerem face à inflação: Bónus para pensionistas (+1/2 pensão paga em 8 Outubro 2022), bónus de 125 euros para residentes não pensionistas e de 50 euros para dependentes (pagos a 20 Outubro de 2022),aumento de rendas no máximo de 2% havendo uma compensação do governo para os senhorios, redução do ISP dos combustíveis ate ao final de 2022, congelamento do preço dos transportes públicos e Iva de 6% (em vez de 13%) na compra de energia nos primeiros 100 KW.

No entanto, o apoio que tem sido mais abordado é o apoio dos 125 euros. Este apoio é para os residentes em Portugal não pensionistas, com um rendimento mensal bruto até dois mil e 700 euros e de 50 euros por dependente até aos 24 anos de idade (inclusivamente), ou sem limite de idade no caso dos dependentes por incapacidade, no âmbito do pacote de apoios às famílias para responder à inflação. Recebem este apoio, os 125 euros, todos os que não excedem os dois mil e 700 euros, brutos por mês, incluindo as pessoas a receber subsídio de desemprego e social de desemprego; prestações de parentalidade; subsídio de doença ou profissional; rendimento social de inserção; prestação social para inclusão; complemento solidário para idosos e subsídio de cuidador informal principal. São incluídos, também, os jovens com mais de 18 anos, a viver em casa dos pais, mas com rendimentos mensais. Os 50 euros para cada filho são divididos, 25 euros para cada progenitor, nos casos de casais a viver juntos mas com tributação separada, divorciados com dependente a cargo e residência alternada.

O apoio excecional aos rendimentos foi pago em outubro de 2022. Quem teve direito foi apurado com base nos rendimentos de IRS entregues em 2021 e o montante é recebido uma só vez.

> *"Ajudar não é só um mês… pois isso não é nada. Temos de ser realistas. Regulamentação de preços tendo em conta os ordenados. Vemos os preços que estão a ser praticados e os lucros das empresas são enormes (ex. EDP; Jerónimo Martins). O Governo deveria estipular bases e enquanto não saíssemos da crise deveriam ser tabelados os preços para que as pessoas pudessem continuar a sobreviver…. Vamos conseguir sobreviver amanhã?! Se calhar não. Os mais vulneráveis são os primeiros a cair, mas os que estavam a tentar segurar-se às tábuas vão cair depois. Efeito dominó."*

5-Soluções e recomendações de ação

Um dos objetivos deste trabalho é também apresentar propostas e recomendações de ação. Assim, e de forma breve, consideramos as seguintes mensagens:

- Reforçar a proteção social, em especial a que é destinada aos cidadãos mais vulneráveis. Não criar medidas avulso, esporádicas, mas antes combater a pobreza de uma forma estrutural e consistente. Esta postura é sobretudo importante num período de crise. Devemos tornar efetiva a solidariedade social!

- Ver a pobreza como uma prioridade e apostar numa verdadeira participação. A democracia não se esgota no sistema eleitoral e por isso deve-se promover a participação cidadã e práticas de solidariedade e entreajuda: *"é importante ouvir as pessoas, ouvir com ouvidos de ouvir e dar voz a quem não tem voz".*

- Colocar as pessoas no "*centro*" das políticas públicas. Defender a participação cidadã e envolver ativamente os que mais diretamente sofrem com as consequências da pobreza e da exclusão social. Promover espaços de aproximação dos decisores políticos às pessoas através, por exemplo, dos conselhos locais de cidadãos.
- *Precisamos de ser fortes, de saber, não estamos a falar de gráficos e números, mas de realidades verdadeiras, das vozes e experiências das pessoas …*
- Olhar para a alimentação como medida preventiva de doenças mais graves a médio e longo prazo (criar apoios para ser mais fácil às instituições e famílias adquirir melhores alimento assim como garantir a qualidade dos alimentos concedidos às pessoas).
- Apostar na sustentabilidade das medidas políticas (125 euros não resolve os problemas da inflação e outras crises que se preveem).
- Regular os mercados/preços em setores cruciais para o bem-estar das pessoas, como a alimentação, com maior controlo das margens de lucro de quem vende. Evitar aproveitamentos empresariais da situação socioeconómica atual.
- Transparência e verdade, por parte dos governos e entidades privadas, da informação que é dada (a guerra tem as costas largas no que diz respeito ao aumento de preços quando apenas se atende ao lucro das empresas).
- Aumento ao nível do rendimento sobretudo no que diz respeito aos salários, reformas e prestações sociais.
- Fixação (teto máximo) relativamente ao preço dos alimentos, rendas e combustíveis
- Diminuição do imposto IVA
- Insistir na implementação da Recomendação da Comissão Europeia _ Rendimento Mínimo Adequado (setembro de 2022). Sendo UNIVERSAL deve ter um valor suficiente que permita viver a vida com dignidade).
- É necessário fazer uma avaliação das medidas implementadas ou a implementar, aperfeiçoar e promover novos mecanismos de participação.
- Combater a xenofobia e comportamentos violentos de algumas correntes políticas em Portugal e na Europa, sob pena da deterioração das democracias. A comunicação social tem nisso um papel muito importante, na desconstrução de estereótipos e preconceitos.

****

Delegação Portuguesa 2022